

Superior Tribunal de Justiça

RCD no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 155.904 - AM (2017/0322274-4)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
REQUERENTE : RENATA DO NASCIMENTO
REQUERENTE : BENJAMIN JOSE DOS REIS
REQUERENTE : MARIA IMACULADA DOS REIS
ADVOGADO : VERA LÚCIA LUNARDELLI - SP147370
REQUERIDO : VIACAO RIACHO GRANDE LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : DANIEL DE SOUZA GÓES - SP117548
GABRIEL PORTELLA FAGUNDES NETO - DF020084
ILMA ALVES FERREIRA TORRES - SP153039
VINÍCIUS TAVARES MANHAS E OUTRO(S) - SP308209
LUCIANA DALLA SOARES - SP148031
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 6A VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO DE MANAUS - AM
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE DIADEMA - SP

DECISÃO

O conflito foi conhecido para declarar competente o juízo da recuperação judicial.

Com a petição de e-STJ, fls. 389/397, RENATA DO NASCIMENTO, BENJAMIM JOSÉ DOS REIS e MARIA IMACULADA DOS REIS formularam pedido para que fosse reconsiderada a decisão do conflito de competência.

De acordo com o NCPC – art. 994 –, são cabíveis os seguintes recursos: I - apelação; II - agravo de instrumento; III - agravo interno; IV - embargos de declaração; V - recurso ordinário; VI - recurso especial; VII - recurso extraordinário; VIII - agravo em recurso especial ou extraordinário; IX - embargos de divergência.

Vê-se, pois, da letra da lei, que rol de recursos é exaustivo, taxativo, isto é, somente se considera recurso aquele previsto na regra processual.

Tal a circunstância, não é considerado recurso, porque não previsto na lei, o "pedido de reconsideração", que, portanto, não possui forma nem figura de juízo.

Não tem, portanto, o condão de impugnar uma decisão.

Assim sendo, sobre o requerimento de reconsideração, repita-se: o pedido não tem forma nem figura de juízo.

NADA HÁ, POIS, NADA A DECIDIR.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator

